

Vila Verde: uma etnografia no presente.

Antes de abordar a obra *Vila Verde: uma etnografia no presente*, parece-me importante deixar uma breve nota sobre o projecto que esteve na sua origem. Faço-o por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar porque ele ilustra a possibilidade de interacção proveitosa entre a universidade e a comunidade em que se insere. Na origem deste livro esteve o desejo dos responsáveis autárquicos de Vila Verde de ver elaborado “um livro sobre a etnografia do concelho” (p.7), nascendo dessa vontade um projecto de colaboração que não se esgota na obra que aqui se apresenta. O segundo aspecto que me parece importante relevar, prende-se com a exemplaridade da relação entre as duas partes envolvidas. É que, apesar deste trabalho ter nascido da solicitação de uma autarquia interessada em projectar de si própria uma determinada imagem, a verdade é que não há nele qualquer cedência ao facilitismo. Fazendo justiça ao título, esta “etnografia no presente” não se remete aos terrenos sombrios da evocação das supostas sobrevivências de práticas arcaicas, nem à procura de eventuais e discutíveis singularidades concelhias, antes questiona o próprio sentido do conceito de património, recusando ideias feitas e mais ou menos consensualizadas, privilegiando mais a dinâmica que a imobilidade, mais o sentido do vivido que a mera conservação. É fácil imaginar que o resultado desta postura esteja significativamente distante do que estava na ideia inicial dos edis, pois não temos aqui o que é habitual nas etnografias locais de inspiração autárquica: um desfile de trajes e costumes, lendas e superstições, a enunciação de monumentos mais ou menos célebres, ou mesmo, em jeito de remate, uma ou outra “curiosidade” histórica ou etnográfica, que sempre dão cor e leveza ao trabalho final. A recusa desta via, certamente mais consensual, mostra ser possível conciliar o rigor académico com a produção de trabalhos de iniciativa autárquica, sendo justo, em relação a este aspecto, dar aqui nota da abertura da edilidade ao rumo escolhido pelos autores.

Nenhum dos três autores de *Vila Verde: uma etnografia no presente*, é natural do Minho. É com a assunção deste facto que o livro se inicia, assumindo-se desde o começo como um olhar, e nesse sentido uma interpretação, de três “estrangeiros” sobre um concelho minhoto. Deve dizer-se, porém, que qualquer um dos autores conhece bem o Minho, de tal forma, que mais que um olhar distanciado, o que temos é um olhar treinado e atento, capaz de revelar aquilo que, ao olhar dos locais menos atentos, tende a surgir como banal e sem interesse. A água é o exemplo mais claro do que afirmo. Evidentemente que o “verde Minho” não se faz sem água e é verdade que a

sua presença é facilmente percebida, mesmo por um viajante apressado. Todavia, o que este livro nos oferece é uma coisa diferente da mera exposição de uma evidência. Nele, a água torna-se numa verdadeira personagem, talvez mesmo a personagem central desta etnografia do presente de Vila Verde. Estamos perante uma “paisagem com marca de água” (p.34), mas em que a água não é apenas uma marca na paisagem, mas um elemento absolutamente estruturante de um modo de vida. Na gestão da água residia a garantia de fertilidade e nesta a possibilidade de uma maior densificação da população, bem como o desenvolvimento de uma determinada estrutura agrária, construindo-se assim uma certa *paisagem natural*, que, bem entendido, resulta, afinal, de um longo e empenhado trabalho humano, hoje demasiado esquecido e sem visibilidade. Se podemos falar aqui de identidade local, ela tem nos usos da água, um dos pilares centrais, que hoje, paradoxalmente, surge desprezado ou tratado com perigosa ligeireza, por exemplo em processos de patrimonialização pouco rigorosos. Este livro alerta para esse perigo, mostrando que os usos da água não são apenas um elemento do património cultural, que pode ser remetido para a ilustração de como se vivia no passado, mas que se trata de uma realidade viva, importando repensar a conservação pela conservação, procurando antes, neste caso concreto, o reajustamento dessa densa rede capilar, de nascentes, fontes, canais de rega, etc. às novas realidades sócio-culturais.

Nesta capacidade de descobrir e revelar património onde o olhar mais desprevenido vê apenas a força da natureza, evidencia-se de forma nítida o distanciamento deste trabalho relativamente às propostas mais convencionais de etnografia local. Como se revela, também, na ideia de que o património é uma realidade dinâmica e não imutável. Veja-se a este propósito o capítulo do livro que mais se aproxima daquilo que habitualmente se encontra numa monografia local, exactamente aquele que diz respeito ao sagrado e à festa. Apesar da temática, estamos longe de encontrar aqui um exercício de evocação de crenças e de práticas que, convenientemente realçadas, poderiam dar corpo a algo que se pudesse designar por «identidade vilaverdense». Ao contrário, a ênfase é colocada na dinâmica dos fenómenos sociais: na revitalização das festas, na renovação das práticas, na adaptação das crenças a novos modos de vida. Podemos, assim, perceber a importância que o mundo urbano vem desempenhando nesta renovação, por exemplo, no modo como contribui para renovar e dar sentido a festas e celebrações que, até há pouco tempo, foram marcadores fundamentais da temporalidade camponesa.

Quando referi a importância da água, afirmei que ela talvez fosse a personagem principal deste livro. Importa aludir agora a uma outra personagem, a

alguém que apenas aparece nas páginas finais mas que, enquanto ilustração, marca o sentido de toda a obra. Trata-se de uma velha senhora com que acidentalmente os autores se cruzam, quando ela, protegida da chuva com um saco de serapilheira, conduzia as suas duas vacas num caminho lamacento. Podiam alguns ver nesta imagem a «autenticidade» e «genuinidade» do viver de outros tempo, desses tempos que frequentemente se evocam, quase sempre esquecendo a miséria que os caracterizava. Não é disso, naturalmente, que aqui se trata, mas de sublinhar os contrastes de uma vida, que quase parecem saídos de uma peça literária. É que essa senhora, que conduz, pacientemente, as suas vacas até à corte, é a mesma que, chegado o Natal, visita Paris, usa com desenvoltura os seus transportes urbanos e manifesta uma especial predilecção pelas especialidades de uma certa pastelaria de Versalhes.

A pessoas como esta senhora, os autores chamam “contrabandistas culturais” e eu penso que esta é, de facto, uma designação feliz. São elas, bem como os seus filhos que emigraram e os seus netos que já nasceram, crescem e vivem noutro país, mas que, apesar disso, voltam todos os verões, trazendo com eles novas ideias e valores, que ajudam a perceber inesperadas dinâmicas. Digamos que a modernidade chegou a muitos lugares e pessoas sob a forma de «contrabando», ou seja, não entrou do modo mais convencional, por exemplo através da educação formal, mas fez o seu caminho e, com a ajuda dos emigrantes, da televisão, das pastelarias de Versalhes e de tantas outras coisas pequenas mas fundamentais, acabou por chegar cá. Trata-se de um contrabando que se enxertou na vida da comunidade, tornando-se ele próprio património. Podemos vê-lo como uma espécie de fermento que há-de ajudar a contrariar a fossilização do património cultural, e que há-de contribuir também para que este se revitalize e permaneça como uma realidade viável e útil para os cidadãos.